

Dossiê: Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo

Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”

Camila Craveiro Queiroz

Doutora em Ciências da Comunicação - Universidade do Minho (2018)
Bolsista CAPES no Programa Doutorado Pleno no Exterior
Professora no curso de Publicidade do Centro Universitário de Goiás
Uni-ANHANGUERA.

Rosa Cabecinhas

Professora do Departamento de Ciências da Comunicação –
Universidade do Minho
Diretora do Programa Doutoral em Estudos Culturais –
Universidade do Minho

Carla Cerqueira

Doutora em Ciências da Comunicação
Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e
Sociedade – Universidade do Minho

RESUMO

Este artigo busca compreender como migrantes brasileiras, maiores de 50 anos, residentes em Portugal, percebem os estereótipos que lhes são imputados a partir do olhar do exogrupo, neste caso, a sociedade de acolhida. Por meio de entrevistas de Histórias de Vida, as quais analisamos sob o viés interseccional e o paradigma descolonial, contextualizamos os temas de maior recorrência nas falas destas migrantes, a saber: os meta-estereótipos, o mercado laboral, o envelhecer e algumas das estratégias de agência utilizadas nas tentativas de integração.

Palavras-chave: migrantes; gênero; racismo; idadismo; interseccionalidade.

Brazilian female migration and the aging experience in Portugal: sexism and other “isms”

ABSTRACT

This article seeks to understand how female Brazilian migrants, older than 50 years of age, residents in Portugal, perceive the stereotypes that are imputed to them from the perspective of the outgroup, in this case, the host society. Through interviews of Life Stories, which we analyze under the intersectional perspective and the decolonial paradigm, we contextualize the themes of greatest recurrence in the speeches of these migrants, namely: meta-stereotypes, the labor market, aging and some of the strategies used in integration attempts.

Keywords: migrants; gender; racism; ageism; intersectionality.

La migración femenina brasileña y la experiencia de envejecimiento en Portugal: sexismo y otros "ismos"

RESUMEN

Este artículo trata de comprender cómo las mujeres migrantes brasileñas, mayores de 50 años, residentes en Portugal, perciben los estereotipos que se les imputan desde la perspectiva del outgroup, en este caso, la sociedad de acogida. A través de entrevistas de Historias de vida, que analizamos bajo la perspectiva interseccional y el paradigma descolonial, contextualizamos los temas de mayor recurrencia en los discursos de estas migrantes, a saber: metaestereotipos, mercado laboral, envejecimiento y algunas de las estrategias utilizadas en intentos de integración.

Palabras clave: migrantes; género; racismo; edadismo; interseccionalidad.

Introdução

As migrantes¹ brasileiras configuram em Portugal a tendência da feminização dos movimentos migratórios e pertencem à maior comunidade estrangeira que reside no país. Por esta razão, elas têm vindo a ser tema de diferentes estudos na academia, cujas pesquisas têm como foco principalmente as brasileiras jovens, em uma faixa etária de 20 a 40 anos (e.g. MIRANDA, 2009; CORREIA; NEVES, 2010; FRANÇA, 2012; GOMES, 2013). Entretanto, pouco se sabe acerca das migrantes brasileiras que vivenciam experiências sociais relativas ao envelhecimento (como as dificuldades no acesso ao mercado laboral, ao usufruto de benefícios sociais, ou a sensação de não-realização profissional, dentre outras). Consideramos, assim, relevante trazer para a discussão as migrantes brasileiras maiores de 50 anos, residentes há pelo menos uma década em Portugal, com o objetivo de compreender suas percepções acerca de seus percursos migratórios, dos processos de adaptação à sociedade portuguesa e dos agenciamentos desenvolvidos durante suas trajetórias migrantes².

Neste sentido, há três eixos principais que se articulam, nomeadamente: o sexismo, o idadismo e o racismo, e que vão se conjugar a outras características como o estatuto migratório, a nacionalidade e a classe social em um olhar que nos solicita uma abordagem interseccional, uma vez que as assimetrias sociais decorrentes da confluência destes eixos se imiscuem gerando constrangimentos e exclusões a estas mulheres. Abordamos o tema proposto a partir das entrevistas de Histórias de Vida realizadas, as quais analisamos sob uma perspectiva feminista, interseccional e descolonial.

Os estudos de fluxos migratórios suscitam diferentes abordagens (econômica, social, psicológica, demográfica...) que contribuem para análises específicas no campo das migrações. Nossa pesquisa privilegia a perspectiva de gênero, tanto pelo recorte definido – migrantes brasileiras – quanto por entendermos que a experiência da migração difere substancialmente para homens e mulheres (SANT’ANA, 2008). Soma-se a este fato a crescente tendência da feminização das migrações de longa distância.

Desde o ano de 2007, os registros oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (SEF) apontam a comunidade brasileira como a de maior população residente em Portugal, com o total de 66.354 indivíduos, sendo que o número de mulheres (34.520) já se mostrava superior ao de homens, apontando para a feminização da migração. Ainda que seja considerada uma tendência, a feminização da migração já foi anteriormente assinalada por Ravenstein (1885/1980), em finais do século XIX, em uma de suas leis da migração onde o autor ressaltava que as mulheres eram mais migrantes do que os homens.

Portanto, os números que traduzem o alto índice de feminização na comunidade brasileira em Portugal, que atingiu os 60% no ano de 2015 (SEFSTAT, 2015), devem ser lidos a partir de uma perspectiva que leve em conta tanto a relação destes deslocamentos à reunificação familiar quanto a própria relativização destes dados, uma vez que eles refletem apenas a quantidade de indivíduos que estão documentados (em situação legal) no país.

Outra consideração que se faz necessária é a de que a feminização da migração é parte de uma estrutura macro, que reflete o que Sassen (2003, p.21) denomina como “feminização da sobrevivência”. A autora atribui a presença cada vez maior de mulheres em trânsitos transfronteiriços a fatores como a alta dívida externa de países periféricos, os pacotes de empréstimos de fundos internacionais - que reduziram em grande parte as políticas sociais implementadas nestes países -, a alta inflação e o desemprego crescente. Por um lado, a feminização da sobrevivência ocasiona o deslocamento de mulheres indocumentadas para trabalhos no mercado formal e informal, no mercado do sexo e nas redes de tráfico de pessoas. Por outro lado, as remessas de divisas para os países de origem constituem-se em importantes fontes de renda para estes governos, que não se isentam de incentivar estes fluxos.

As mulheres são, indiscutivelmente, o grupo mais importante nas áreas de prostituição e na indústria do sexo e estão se tornando um grupo majoritário na migração originada pela busca de trabalho. O emprego e/ou utilização de mulheres estrangeiras abrange uma vasta gama, em crescimento, de setores econômicos, alguns ilegais e ilícitos - como por exemplo, a prostituição -, outros legais, setores altamente regulamentados como a enfermagem. (SASSEN, 2003, p.53)

A inserção das mulheres no mercado laboral se dá, em sua maior parte, em nichos de mercado considerados “femininos”, onde elas desempenham funções como as de limpeza, de cuidadoras de crianças e idosos e outros serviços relacionados à domesticidade. E a saída do país de origem ocasiona o que Hondagneu-Sotello & Avila (1997, p.548) chamam de “maternagem transnacional”: experiências migratórias de mulheres que deixam seus filhos em seus países (frequentemente, periféricos) para cuidar dos filhos de outras mulheres em países centrais, o que se configura em um deslocamento do cuidado, do carinho.

A constatação de que homens e mulheres migram por razões diferentes e que suas experiências são também diversas, fortemente marcadas pela questão de gênero, é recente

nos estudos migratórios, onde a variável gênero não aparecia como relevante até há cerca de três décadas (SANT’ANA, 2008). A desconsideração do viés de gênero pode ser explicada, de acordo com Sant’ana (2008), devido à perspectiva dos estudos migratórios, que foi orientada sobretudo pelo caráter econômico - instância em que o papel feminino parecia pouco influenciar – bem como à visão de que as mulheres eram analisadas como coadjuvantes nas decisões migratórias, cabendo-lhes o papel de esposa, viúva ou filha de migrantes.

Ao observar a ocorrência da feminização da migração, já em 2014, as Nações Unidas (UN, 2014) emitiram um relatório sobre deslocamentos populacionais, no qual expressam a preocupação com mulheres e crianças quando em fluxos migratórios internacionais. Ao salientarem as vulnerabilidades que são próprias a estes grupos, as Nações Unidas, em uma declaração de cariz paternalista, iguala mulheres e crianças, reduzindo às primeiras suas percepções e possibilidades de agência.

Nesta senda, Carneiro (2009, *apud* MIRANDA, 2009) explicita as vulnerabilidades que as mulheres frequentemente experimentam quando em contextos migratórios: “(...) as mulheres encontram-se mais expostas a violações de direitos fundamentais, designadamente em matéria de discriminação, exploração e sujeição a abusos humanos do que os seus contrapartes masculinos” (CARNEIRO, 2009, *apud* MIRANDA, 2009, p.11).

Com o aumento do número de brasileiros e brasileiras na sociedade portuguesa, ocorrido especialmente nas chamadas primeira e segunda vagas de imigração³ e a diversificação do perfil destes indivíduos, diferentes investigadores/as (e.g. CORREIA; NEVES, 2010; FRANÇA, 2012; GOMES, 2003) dedicaram-se ao estudo desta comunidade e à temática dos estereótipos relacionados à migrante⁴ brasileira. A maior parte das brasileiras que migram para Portugal pertencem a uma faixa etária jovem, de 20 a 40 anos (INE, 2011) e os vários estudos realizados têm em comum o fato de apontar a recorrente associação entre estas migrantes e o mercado do sexo e/ou a um comportamento de maior disponibilidade sexual (GOMES, 2013).

Foi por esta razão que pensamos efetuar uma pesquisa com migrantes em Portugal a partir de um recorte pouco explorado, o de mulheres acima dos 50 anos de idade, que experienciam o envelhecimento e estão há pelo menos uma década em Portugal.

Este recorte foi delimitado para a pesquisa ao entrevistarmos diferentes representantes de associações não-governamentais⁵ que lidam com temas como racismo, migração e gênero. Em suas falas repetia-se como estabelecida, no imaginário social, a associação “brasileira - jovem – prostituta”. Entretanto, ao serem questionados/as sobre

as migrantes que estão a envelhecer neste país, afirmavam que pouco se conhecia acerca de suas particularidades, e que os casos que chegam às associações remetem frequentemente a questões de trabalho e à preocupação quanto aos acessos a serviços públicos, nomeadamente, às perspectivas de reforma e do gozo de benefícios da previdência social (auxílio doença, desemprego, pensões...).

A partir da definição do recorte, demos início às entrevistas, as quais analisamos sob o viés feminista e descolonial e adotamos o conceito de corpo colonial⁶, que nos parece relevante para pensar os processos de inserção destas migrantes à sociedade de destino escolhida. Por meio das entrevistas, discutimos os estereótipos com os quais estas mulheres dizem ter-se confrontado (e algumas continuam a se confrontar), bem como as agências por elas desenvolvidas ao longo do percurso migratório na tentativa de se integrarem.

Teias que agarram: gênero, raça e idade

Walter Lippmann (1922; 2008) refere em sua obra *Opinião Pública* que os estereótipos são mapas mentais, categorias às quais recorreremos repetidamente dada nossa incapacidade de conhecer a infinidade de coisas que nos rodeiam. Como sentimos necessidade de estruturação da realidade, apoiamo-nos em certas imagens estabelecidas e que nos são disponibilizadas pela cultura envolvente.

A expressão de uma identidade nacional que se aplicaria aos brasileiros e brasileiras repercute em Portugal sob a forma de representações estereotipadas que conformam estes/estas migrantes em características como a alegria, a submissão, a simpatia e a disponibilidade sexual (MACHADO, 2003) - sendo este último enquadramento mais relacionado à mulher do que ao homem brasileiro (GOMES, 2013; PISCITELLI, 2008; RIBEIRO; CERQUEIRA, 2009).

Em alguns casos, estas características são responsáveis pela delimitação de uma espécie de reserva de mercado que se destina às migrantes brasileiras, facilmente assimiladas em postos de trabalho onde lidam com o público em geral, especialmente na área de alimentação e de vendas, por razão da propaganda simpatia e alegria; em espaços domésticos, como cuidadoras e prestadoras de serviços de arrumação e limpeza - em que pesam os atributos da submissão e também da simpatia -, e no chamado mercado da “alegria” (MACHADO, 2003), onde se apresentam e fazem animações de eventos e a hipersexualidade é valorizada.

O olhar mais atento a estes estereótipos revela muito do preconceito dirigido às migrantes brasileiras, posto que é usual que estereótipos e preconceitos caminhem *pari passu*. Cabecinhas (2010, p.02) discute a definição de preconceito formulada por Allport (1954; 1979) - considerado um clássico dos estudos sobre esta temática - em que o autor o formula como “uma atitude aversiva ou hostil face a uma pessoa pertencendo a determinado grupo, simplesmente por causa da sua pertença a esse grupo, e em que se pressupõe que esta possui as características atribuídas a esse grupo” (1954; 1979, p.07).

Atualmente, nota-se uma mudança em relação aos preconceitos, a partir de normas sociais impostas com vistas ao combate à discriminação, que tendem a se configurar em atitudes sutis, veladas, por isso mesmo, mais difíceis de serem percebidas e combatidas. Muitas vezes, o que se faz não é tanto atribuir estereótipos negativos a determinados grupos, mas negar-lhes traços positivos e os homogeneizar (VALA; BRITO; LOPES, 1999).

A pertença à categoria “migrantes brasileiras” ocasiona, para além da conformação a certos nichos profissionais, a vivência de situações discriminatórias, algumas vezes sutis e, em outras, flagrantes, e se relacionam, principalmente, à dificuldade em conseguir um contrato de trabalho, aos assédios e ao tratamento desigual nos acessos aos serviços públicos (PEIXOTO et al, 2015).

Ligado ao preconceito, encontramos o racismo. Ainda que reafirmemos que raça é um construto sócio-histórico, não podemos nos descuidar do fato de que o uso deste conceito permanece disseminado no imaginário social, embora seu eixo tenha se deslocado da abordagem biológica para a cultural. Fredrickson (2004) afirma que para o racismo existir há que se ter em conta dois elementos: a diferença e o poder. A diferença se sustenta na visão de que há “Nós” e o “Outro” e que esta relação é hierarquizada, reveladora de assimetrias. Por outro lado, o poder se justifica no tratamento desigual destinado aos que consideramos diferentes.

Como as migrantes brasileiras constituem o diferente, o *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000), na sociedade portuguesa, muitas de suas características culturais são utilizadas no sentido de justificar o processo de racialização que sofrem, fenômeno que, de acordo com Padilla & Gomes (2012, p.07), precisa ser estudado a partir de uma “construção social e histórica, discursiva e performática, nas quais grupos humanos são classificados, inferiorizados, essencializados e naturalizados a partir de supostas características físicas, culturais e comportamentais comuns, como se compusessem uma ‘raça’” (PADILLA; GOMES, 2012, p.07).

Há muitos casos em que a aparência da migrante não remete diretamente àquilo que alguns têm como imaginário acerca da brasileira (mulata, de curvas sinuosas, andar ritmado e sensual), entretanto o sotaque e o uso da língua que, no contexto lusitano apresenta construções diferentes daquelas utilizadas no Brasil, são marcadores suficientes para associá-la aos estereótipos imputados às brasileiras (GOMES, 2013).

Falar em racismo a partir de uma perspectiva descolonial implica percebermos raça como uma construção feita pelos europeus, colonizadores, no sentido de legitimar a escravidão de outros povos. O “Nós” eurocêntrico, marcador de diferenças, é definido como o moderno, o racional, o civilizado, enquanto que os “Outros” seriam “irracionais, representantes do passado” (QUIJANO, 2005).

As consequências sociais da disseminação do conceito de raça envolveram a justificação da escravidão - reservando o trabalho assalariado ao europeu -, a imposição do cristianismo aos povos indígenas e a qualificação da mulher não-branca, colonizada, na categoria de fêmea, sexualmente disponível, aproximando-a de características animais. Quijano (2005, p.129) remete à dissociação corpo/mente cartesiana para delimitar o momento em que:

(...) o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza.

Na visão descolonial, assume-se que a mentalidade da colonialidade repercute conformando os discursos hegemônicos e as relações estabelecidas entre o eixo Norte-Sul. Para Piscitelli (2008, p.269) a nacionalidade brasileira remete diretamente à racialização e à sexualização:

(...) Independentemente de serem consideradas no Brasil, brancas ou morenas, nos fluxos migratórios para certos países do Norte as brasileiras são racializadas como mestiças. No lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mais do que a cor da pele, confere-lhes essa condição. E essa racialização é sexualizada.

A construção e disseminação da hipersexualidade como característica da brasileira encontra eco, ainda, na imagem que foi formatada e “vendida” para o exterior, onde a

mulata é a representação principal do Brasil, um corpo colonial, portanto disponível, que sintetiza o imaginário acerca das habitantes dos trópicos e cuja sensualidade é o atributo primeiro. De acordo com Santos,

Talvez não seja demasiado especulativo relacionar esta imagem das mulheres imigrantes a um estereótipo de erotismo exótico ligado à mulher estrangeira. (...) A mesma interpretação pode ser feita em relação a mulheres provenientes de “países tropicais”, como sejam algumas nações africanas e, naturalmente, o Brasil. A ideia da mulher “quente” e “sensual” está, de certa forma, enraizada em determinadas zonas do imaginário colectivo, numa evidência clara da noção de *outro*, neste caso, *outra*. (SANTOS, 2007, p.77-78)

Embora a mentalidade colonial seja persistente nas relações que envolvem migrantes de antigas colônias com seus ex-colonizadores, há que se ressaltar o espaço de manobra que resiste, ao nível das subjetividades, para lidar com o preconceito e a discriminação. E interessa-nos, sobretudo, as formas de agência que as migrantes brasileiras têm desenvolvido no sentido de se adaptarem à sociedade portuguesa.

Butler (2001) chama agência à capacidade de resistência e procura, na psicanálise, os fundamentos para compreender a ambivalência dos mecanismos (psíquicos) de produção da subjetividade. Para a autora, “(...) sujeição [subjetivação] significa o processo de converter-se em subordinado/a ao poder e também o processo de converter-se em sujeito [de ação]” (BUTLER, 2001, p.12).

As narrativas que apresentamos adiante evidenciam muito da negociação com os mecanismos e agentes de poder, além de estratégias que, ora subvertem a lógica imposta em favor da migrante que está em posição de opressão, ora aceitam imposições e assimilações. Se há resistência - e neste contexto não há como negar, vez que as mulheres entrevistadas estão há pelo menos uma década em Portugal -, há também a produção de subjetividades feridas e de ressignificações cotidianas acerca de si e do(s) Outro(s).

A abordagem interseccional é fundamental para a compreensão das diferenças que envolvem a pertença a certas categorizações. Mais do que uma abordagem analítica, a interseccionalidade é um instrumento de luta política, que serve para “combater as opressões múltiplas e imbricadas” (HIRATA, 2014, p.69).

Ainda que o termo tenha sido cunhado apenas em 1989, por Crenshaw (1989), o conceito de interseccionalidade originou-se no contexto dos movimentos de libertação pós-coloniais, questionando o lugar de fala e a possibilidade de auto-representação das minorias (SPIVAK, 2010). Por sua vez, o movimento feminista, na década de 1970,

precisou se redesenhar teoricamente e em termos de ação política, quando ativistas negras norte-americanas sentiram que suas necessidades não eram consideradas pelo movimento ou mesmo representadas perante a sociedade.

When Kimberlé Crenshaw coined the term ‘intersectionality’, it was welcomed by many as the refreshing rearticulation of an insight that had already been put forward by several Black scholars such as Angela Davis (1981), Audre Lorde (1984) and Patricia Hill Collins (1991). They had argued that systems of domination systematically glossed over the experience of marginal groups in the US, such as Black women, by implicitly taking white, middle-class women or black men as the exemplary victims of systems of sexism or racism. (PRINS, 2006, p.278)

De acordo com bell hooks (2000), a partir do momento em que mulheres brancas, com maior grau de instrução, passaram a representar o movimento feminista no espaço da academia e a produzir conhecimento sobre ele, houve uma ruptura entre aquilo que servia apenas às mulheres brancas e instruídas e aquilo que era primordial para mulheres negras e/ou de classe considerada mais baixa.

Os estudos das categorias de articulação ou interseccionalidades se desenvolveram, então, a partir de duas abordagens, nomeadamente a perspectiva norte-americana, ou sistêmica, e a abordagem anglo-saxônica, ou construcionista (PRINS, 2006), que abrangem posições um pouco diferentes, em especial no que diz respeito ao conceito de poder e à agência dos sujeitos. Propomos uma breve síntese acerca das diferenças entre as duas abordagens, a fim de situar e justificarmos nossa afinidade teórica.

A abordagem sistêmica, representada pelos trabalhos de Crenshaw, compreende as interseccionalidades como “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões” (PISCITELLI, 2008, p.267).

A interação entre as diferentes formas de subordinação, eixos de opressão, tem como consequência a produção de assimetrias sociais cada vez mais profundas e opressoras. O impacto das estruturas sobre a constituição das identidades é tamanho que resta às mulheres que se situam na confluência destes eixos pouca ou nenhuma capacidade de agência. Piscitelli (2008, p.267) cita Prins (2006) ao mencionar que os trabalhos que criticam a abordagem sistêmica “questionam o fato de que gênero, raça e classe são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam

identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social e o desempoderamento”. A noção de poder, nesta abordagem, é também considerada problemática, pois o mesmo é tratado enquanto propriedade, se distanciando da noção de poder relacional foucaultiana para a qual, além de repressor, o poder é também produtor de agenciamento (FOUCAULT, 1985).

Por sua vez, McClintock, considerada representante da abordagem construcionista, na obra *Couro Imperial* (2010, p.27), clarifica a noção de poder que perpassa os trabalhos que podem ser aglutinados sob esta abordagem. Para ela,

(...) nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios. Mas o poder raramente é atribuído por igual – diferentes situações sociais são sobredeterminadas pela raça, pelo gênero, pela classe, ou por cada uma dessas categorias por sua vez.

Também localizada dentro da abordagem construcionista, Brah (2006) considera que é importante ampliar a lente de análise para uma perspectiva macro, que considere as diferenças sociais e as relações de poder como constitutivas de identidades e subjetividades. Portanto, em seus trabalhos, a autora elege a diferença como categoria analítica. Para Piscitelli, “essa idéia remete à análise de como as formas específicas de discursos sobre a diferença se constituem, são contestados, reproduzidos e (re)significados, pensando na diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade” (2008, p.269).

Dessa maneira, Brah (2006) aproxima-se de McClintock (2010, p.37), que deseja “(...) abrir as noções de poder e resistência a uma política mais diversa de atuação, envolvendo a densa rede de relações entre coerção, negociação, cumplicidade, recusa, dissimulação, mimica, compromisso, afiliação e revolta”, ao afirmar que a diferença nem sempre produz opressão, exclusão ou remete à hierarquia, alargando o espaço para uma maior autonomia dos sujeitos e de suas capacidades de agência.

No cruzamento dos estudos migratórios e da abordagem interseccional, Magliano (2015, p.700) ressalta que:

Os estudos sobre a interseccionalidade no campo da migração internacional reconhecem o gênero como uma dimensão central para analisar experiências e percursos migratórios, embora considerando que esta não é uma dimensão

isolada, mas um dos vários processos, em intersecção com a etnicidade e a classe social, dentre outras classificações, que criam e perpetuam desigualdades sociais.

Portanto, ao investigarmos migrantes, brasileiras, com mais de 50 anos, despontam diferenças que envolvem significações acerca de gênero, de estatuto migratório, de raça/etnia, de classe, de idade, dentre outras, que se imiscuem e ocasionam assimetrias que se materializam na vivência de diferentes discriminações.

Nossa abordagem, que se aproxima mais do viés construcionista, considera a agência parte constituinte das estratégias de adaptação das migrantes brasileiras, que negociam com as diferenças e utilizam de jogos de criatividade e resiliência para o alcance de seus objetivos. Como sustenta Piscitelli (2008, p.271),

A relação dessas migrantes com a articulação entre diferenças que as sexualiza e racializa não é estável. Há movimentos de resistência e rejeição. Entretanto, situacionalmente, também assumem posições de cumplicidade utilizando aspectos das imagens sobre elas para negociar seus posicionamentos nos contextos migratórios nos quais estão em situação de desigualdade. É um jogo que reforça certos estereótipos ao passo que debilita outros.

Histórias de Vida: meta-estereótipos, envelhecimento e resistências.

Partimos do pressuposto de que a experiência da migração envolve, frequentemente, relações de subalternidade. E no caso de nosso objeto, a migrante brasileira em Portugal é representada a partir de sua origem, ou seja, de uma nação considerada periférica, miscigenada e significada atualmente em termos desabonadores (corrupção, violência, pobreza, doenças tropicais...). A migrante brasileira, ao chegar à Europa, defronta-se com as hierarquias e a posição de subalternidade é experimentada (em alguns casos, durante toda a vivência migratória).

A razão de termos escolhido a técnica das Histórias de Vida deve-se justamente à expectativa de que estas migrantes produzam conhecimento acerca de suas realidades, tornando-se sujeitos ativos no resgate de suas memórias e na construção de suas histórias, em uma intenção declaradamente descolonial de valorização destes saberes.

Apresentamos trechos de algumas entrevistas realizadas⁷, a partir de temas que surgiram como recorrentes nos discursos das entrevistadas, optando pela análise de conteúdo temática.

Bardin define a Análise de Conteúdo (AC) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p.48)

Embora a Análise de Conteúdo compreenda diferentes técnicas, a eleição da análise temática se faz em razão da pergunta que elencamos como importante para o alcance dos objetivos: o que dizem as entrevistadas? Moraes (1999, p.10-11) define que quando o tipo de questão se refere a “para dizer o quê?”, a análise de conteúdo constitui-se em uma análise temática, visto que “o estudo se direciona para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos”.

Os temas elencados são: meta-estereótipos, envelhecimento e agência, que são analisados sob o viés interseccional e descolonial adiante, nas Considerações Finais.

1) Meta-estereótipos

Os meta-estereótipos podem ser compreendidos enquanto crenças que os membros de um endogrupo partilham sobre os estereótipos que lhe são atribuídos pelos membros de um exogrupo (cf. GÓMEZ, 2002).

Podemos situar o primeiro embate como sendo o momento em que a migrante se percebe brasileira a partir do olhar português:

O início aqui foi muito difícil. Tinha vontade de vez em quando de pegar minhas malas...chorava muito. Tive muito choque. Naquela época tinha muito preconceito. Tinha aquela coisa das Mães de Bragança. E estava naquela época e o preconceito contra o brasileiro...parece que a gente tinha um letreiro na testa. Para emprego, para alugar casa, tudo foi muito, muito difícil. É um choque que eu tive muito grande. (R., 50 a, Algarve)

O episódio citado ocorreu no ano de 2003 e ficou conhecido como “Mães de Bragança” devido ao alegado envolvimento de maridos (“pais de família”) portugueses com “garotas de programa” brasileiras que haviam se instalado na cidade de Bragança. A repercussão do movimento iniciado pelas “Mães de Bragança” ganhou contornos globais

quando o tema foi capa da Revista Time na Europa (setembro de 2003) e ampliou a discussão sobre o estereótipo da brasileira como prostituta.

Já não estávamos assim bem vistos nessa altura. Pronto, já começou mal. Depois, também por ser mulher...eu nunca, não fazia a menor ideia de que as brasileiras eram mal vistas na Europa e pra mim foi um bocado assustador isso. (M., 51 a, Lisboa)

Acho que forma, acho que forma, mas uma imagem, logo que vê, conhece, parece que forma aquela imagem negativa. Depois isso muda, mas logo... porque em seguida a gente nota na pessoa que parece que ficou decepcionada por saber que é brasileira, sabe? É verdade. Pois, justamente por isso, por causa da prostituição... que aqui fora é muito, não é? Eu acho que é por isso. (N., 50 a, Braga)

É comum o espanto ao serem significadas tão prontamente a partir da associação com a prostituição, e as marcas que estas primeiras experiências acarretam perduram na memória de mulheres que estão há mais de 10 anos na sociedade portuguesa. Aparentemente, o fato de algumas entrevistadas estarem casadas com portugueses à época da chegada não foi suficiente para amenizar o preconceito a elas dirigido:

O fato de ser casada com um português, na altura, não fez muita diferença não, porque o que todo mundo acha é que, você casou com um português, é...interesse, nós, brasileiras, quando casamos com portugueses. (R., 50 a, Algarve).

2) Sobre envelhecer

Nos eixos de intersecção com os quais trabalhamos, a idade aparece como marcador importante. O fato de a mulher não ser mais considerada jovem, de lhe ver cerrar as oportunidades de trabalho, de sentir as modificações corporais e, principalmente, de perceber a invisibilização que começa a ocorrer e o preconceito com que a sociedade atualmente encara os mais velhos coloca as migrantes em uma situação de vulnerabilidade atenuada somente nos casos daquelas que conseguiram formar um círculo social forte e apoiador na sociedade de acolhida.

Em termos objetivos, a propaganda obsessão com a juventude ocasiona, por exemplo, o impedimento ao acesso ao trabalho:

Então, assim, agora, eu tenho muita dificuldade pra arrumar trabalho, porque se eu mando currículo, eles não querem por causa da minha idade. Entendeu? (...) É...e ninguém quer dar trabalho pra quem tem 60 anos, entende? Então assim, é mais fácil eu conseguir trabalho através de um salão pequeno, sabe? Vou lá, me apresento, ninguém sabe da minha idade e pronto. Porque se souber, não vai, não vai...tô com 60 anos, o máximo que eu vou trabalhar é mais 5, 6 anos...né? (D., 59 a, Lisboa).

As dificuldades de inserção no mercado laboral, os postos de trabalho que são acessíveis às brasileiras, as longas jornadas, a conformidade com a não-realização profissional e, em alguns casos, a impossibilidade de reforma, devido a longos períodos de desemprego ou de trabalhos sem contrato, são narrativas que se repetem nas falas das entrevistadas.

Das longas jornadas de trabalho:

O que custou muito aqui, a princípio também foi trabalhar, né? Os trabalhos são completamente diferentes...imigrante aqui tem é que trabalhar mesmo! (...) Trabalhar no Portugal é puxado, não sei como é nos outros países, mas nós não temos sábado, não temos domingo...a gente até esquece quando é feriado, né? (R., 50 a, Algarve)

Os tipos de trabalho disponíveis:

Depois arranjei documentação e arranjei um trabalho, mas é claro que eles colocam sempre os brasileiros, eu falo por mim, sempre naqueles trabalhinhos mais idiotas: vai tirar fotocópia...Aqueles trabalhinhos que parece que você não tem inteligência pra fazer mais. Então eu fui trabalhar numa empresa durante 2 anos e durante 2 anos eu tirei fotocópias. (M., 51 a, Lisboa).

A resiliência em relação ao desenvolvimento da carreira:

(...) não completei, digamos assim, uma carreira. E com a minha idade, certamente, não vou ter uma carreira, porque não vou ter uma oportunidade de ter uma carreira. (M., 51 a, Lisboa)

O correr dos anos acentua, para as que são mães, a preocupação com os filhos, com o que ainda se é capaz de conseguir para deixá-los em uma situação mais confortável:

E o envelhecimento, sim, tem-me preocupado, o envelhecimento tem vindo também com o crescimento do meu filho, n/ é? Que ele tem agora 16 anos e é um rapaz todo sobre meu encargo, n/ é? (...) E o meu envelhecimento tem muito, e a minha sustentabilidade, tem muito, tá muito ligada ao crescimento do meu filho. Realmente, quero vê-lo... - antes de eu envelhecer completamente, quero ver essa questão resolvida, sabe? Quero ver a sustentabilidade do meu filho resolvida. (M., 50 a, Lisboa).

Para muitas que não conseguem, mesmo após longo tempo em terras portuguesas, se sentirem pertencentes, o envelhecimento fortalece o desejo de retorno:

E nós, não, nós vamos ser sempre imigrantes. Por isso que eu digo, por isso também que eu falo que minha velhice eu quero tá na minha terra, eu quero me sentir em casa. A gente não se sente em casa nunca. Por mais anos que passe, vamos ser sempre imigrantes. (R., 50 a, Algarve)

3) Resistir

As agências, ou estratégias de resistência, ocorrem de diversas maneiras, mas segundo dois objetivos delineados: o primeiro se refere ao desenvolver da resiliência necessária que as faz permanecer por mais de uma década na tentativa de cumprir com o plano migratório inicial e se sentirem de fato integradas à sociedade portuguesa; o segundo tem por intuito claro o retorno ao país de origem em uma situação financeira confortável, ainda que para isso tenham que se submeter a situações que envolvem lidar com discriminações várias.

Quando conheci meu segundo marido, eu tinha desconstruído a minha base. Voltar pro seu país de origem pra quem desconstrói uma base?...8 meses? Sim! Eu deixei um emprego, eu desconstruí uma casa, eu deixei um casamento...foram todas as frentes, eu só não mudei de nome – como diz a minha mãe. Eu só não mudei de nome! Não, chegar lá não é possível assim. (M., 50 a, Lisboa)

Para Garcia (2007, p.381), tais estratégias são inerentes à condição de estrangeira, vez que “(...) viver a condição de estrangeira convida a uma releitura das experiências passadas descoladas do contexto cultural onde se realizaram. Ou se sucumbe, ou se aprende a manejar situações entre poderes assimétricos, racismo e discriminações”.

A atitude de saber se impor perante tais situações é também uma fala recorrente:

É, eles não brincam comigo, não, que eu mando vir mesmo, pra valer. E ensino à minha filha também. Não tem nada que calar pra essa gente! Não é? Não é porque você é brasileira que tem que deixar que eles te humilha, ou que te discrimine, ou que faça qualquer coisa só pra poder te magoar porque você é brasileira! (N., 50 a, Braga)

Eles hoje em dia, se calhar, tem mais respeito. Primeiro porque eu sei dar as respostas certas nas horas certas. (M., 51 a, Lisboa)

Mulher migrante, brasileira, em Portugal...tem que ser guerreira mesmo e saber se impor, senão não fica. Saber se impor, senão não fica. (D., 59 a, Lisboa)

Considerações Finais

A faixa etária mais representativa de migrantes brasileiras que entram em Portugal se situa entre os 20 e 44 anos (SEFSTAT, 2015). Quando escolhemos investigar brasileiras com mais de 50 anos nos guiamos tanto por uma vontade de perceber nuances diferentes das que são examinadas nos estudos até então realizados, que frequentemente apontam para a brasileira jovem e a associação à prostituição, quanto por considerar que a intersecção com a categoria de idade nos permitiria uma ampliação dos fenômenos relativos aos preconceitos.

Portanto, a análise das categorias temáticas (meta-estereótipos, envelhecimento e resistência) suscitadas nos permite, por ora, avançar com algumas proposições à guisa de conclusão.

A primeira delas é a intersecção entre a migração e alguns marcadores, como os de gênero, raça/etnia, idade e classe social. Há que ressaltar que a classe social é uma pertença identitária fundamental na análise da ampliação ou da restrição da margem de manobra das migrantes, que condiciona a intensidade da vulnerabilidade experimentada, objetiva e subjetivamente.

Como vimos em algumas das narrativas, fazer parte de uma classe social mais baixa ocasiona a necessidade de a migrante se submeter a diferentes situações pelo caráter de

urgência que é próprio à sobrevivência: aceitar trabalho sem contrato, fazer jornada de trabalho de 12 horas seguida, ser considerada mão-de-obra pouco qualificada, barata e precária.

Quando à intersecção das demais categorias acrescentamos o marcador de idade, aqui definido como a partir dos 50 anos, percebemos ainda que o envelhecimento nem sempre é sinônimo de adaptação mais facilitada, e que o processo de envelhecer geralmente acarreta consigo impedimentos diversos, como o próprio acesso ao mercado de trabalho, o desenvolvimento/consolidação de uma carreira, e mesmo o retorno ao país de origem - tanto pelo não-alcance de objetivos financeiros, quanto pelo desfazimento de laços sociais que dantes existiam, mas que o passar do tempo trata de inviabilizar.

Os discursos destas migrantes são pontuados por reflexões acerca da solidão, da saudade das amizades que ficaram no país de origem, de uma ausência de laços mais profundos. E também de um receio, uma insegurança, com relação ao envelhecer.

Esta insegurança, que está associada ao mercado laboral e a uma redução de oportunidades, se faz notar grandemente na fala daquelas que estão desempregadas ou que recebem remunerações mínimas. Há uma vontade de conseguir construir um patrimônio que possa ser deixado para as/os filhas/os, principalmente na forma de uma casa própria, que conflitua com o receio de que o mercado as expulse antes que isto se materialize.

O olhar do exogrupo também deixa marcas profundas nas subjetividades, quando analisamos os meta-estereótipos pelos quais as migrantes brasileiras relatam serem percebidas. A hipersexualização, como pontuado nas falas das entrevistadas, é recorrente. O corpo colonial (GOMES, 2013), entendido como disponível - seja em uma conotação sexual ou de exploração servil, no ambiente de trabalho -, é definidor das relações estabelecidas com o exogrupo.

As associações à prostituição, a suscitação da desconfiança quanto ao comportamento moral, são cotidianamente vivenciadas em atitudes discriminatórias dirigidas às migrantes brasileiras.

Entretanto, fato é que mesmo com as dificuldades e discriminações relatadas, estas migrantes optam por ficar, em um exercício mental cotidiano onde pesam o custo-benefício das suas condições: elas mencionam o sistema de saúde (e, com o envelhecimento, o acesso à saúde é cada vez mais uma prioridade), a segurança, a boa alimentação, enfim, a qualidade de vida que julgam não encontrar no Brasil.

Notas

1. A Organização Internacional para as Migrações define um migrante como qualquer pessoa que se move ou se moveu através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado fora do seu local habitual de residência, independentemente de (1) o estatuto jurídico da pessoa; (2) se o movimento é voluntário ou involuntário; (3) quais são as causas do movimento; ou (4) qual é a duração da estadia. (IOM, 2011).
2. Este artigo é um recorte da tese de doutoramento, defendida no ano de 2018, na Universidade do Minho, intitulada “Os estereótipos também envelhecem? Uma análise descolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadismo, a partir das vivências de migrantes brasileiras em Portugal”.
3. A primeira vaga de imigração brasileira teria ocorrido em final da década de 1980 e início de 1990 e ficou conhecida pela inserção de brasileiros/as em áreas de alta qualificação profissional. A partir do final da década de 1990, a chamada segunda vaga se refere à entrada “maciça” de migrantes brasileiros/as de perfil diversificado e menos especializados/as (GÓIS et al, 2009).
4. Seguindo a orientação de Faria (2015) que, ao discorrer sobre a tendência da globalização dos fluxos migratórios (UN, 2014), aponta para a difícil tarefa de definir países de origem, de trânsito e de destino, atualmente, utilizaremos o termo “migrante”, sem uso de prefixos (e-, i-).
5. Em especial a Associação SOS Racismo, a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e a Casa do Brasil de Lisboa.
6. “Corpo colonial” é um corpo construído como alvo da opressão dos colonizadores, em uma intersecção de raça, gênero, sexualidade e classe (exploração do trabalho). O “corpo colonial” é, sobretudo, um corpo visto como disponível (GOMES, 2013, p.48).
7. As entrevistas de Histórias de Vida decorreram ao longo dos anos de 2016 e 2017, nas regiões do Minho, Porto, Grande Lisboa e Algarve. A amostragem ocorreu por meio da técnica de bola de neve (*snowball sampling*), de maneira que cada uma das participantes foi indicando potenciais entrevistadas dentro de sua rede de contatos.

Referências

- ALLPORT, Gordon. *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1979 (1954).
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011 (1977).
- BIGGS, Simon. ‘Age, gender, narratives, and masquerades.’ *Journal of Aging Studies*, 18(1), 2004, pp. 45–58. <http://doi.org/10.1016/j.jaging.2003.09.005>

BRAH, Avtar. 'Diferença, diversidade, diferenciação', *Cadernos Pagu* (26). Campinas: Unicamp, 2006, pp.239-376.

BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder - teorías sobre la sujeción*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

CABECINHAS, Rosa. 'Expressões de racismo: mudanças e continuidades'. In A.C.S MANDARINO. & E. GOMBERG (Eds.), *Racismo: Olhares Plurais*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010. pp. 11–43.

CORREIA, Cristina, & NEVES, Sofia. 'Ser Brasileira Em Portugal – Uma Abordagem às representações, preconceitos e estereótipos sociais'. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho*, Portugal, 2010, pp. 378–392

CRENSHAW, Kimberlé. 'Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics'. *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. [http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8, acesso em abril de 2017].

CRENSHAW, Kimberlé. 'Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero'. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 2002, pp. 171-188.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Maria Rita. *Migrações Internacionais no plano multilateral. Reflexões para a política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

FRANÇA, Thais. 'Mulheres Brasileiras em Portugal: o que esconde um sorriso?' *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia, 2012. [http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0779_ed.pdf, acesso em abril de 2017].

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, Vol. I, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREDRICKSON, George. *Racismo. Uma breve história*. Porto: Campos das Letras, 2004.

GARCIA, Loreley. 'Mulheres transnacionais'. In *Imaginário*, vol. 13, nº 14, 2007, pp.379-398.

GÓIS, Pedro et al. 'Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal'. *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, 5, 2009, p.111–133.

GOMES, Mariana. *O Imaginário Social <Mulher Brasileira> em Portugal: Uma Análise da Construção de Saberes, das Relações de Poder e dos Modos de Subjetivação*. Tese de doutoramento, Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa – IUL, 2013.

GÓMEZ, Ángel. 'If my group stereotypes others, others stereotype my group... and we know. Concept, research lines and future perspectives of meta-stereotypes'. *Revista de Psicología Social*, 2002, 17 (3), pp. 253-282.

HIRATA, Helena. 'Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais'. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. São Paulo: USP, 2014, pp.61-73.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrete & AVILA, Ernestine. 'Im here, but I'm there'. The Meanings of Latina Transnational Motherhood'. *Gender and Society*, v. 11, n. 5, 1997, pp. 548-571.

hooks, bell. *Feminism is for everybody*. South End Press (Vol. 1), 2000. Acedido em [https://excoradfeminisms.files.wordpress.com/2010/03/bell_hooks-feminism_is_for_everybody.pdf, acesso em março de 2017].

INE. Instituto Nacional de Estatística. 'Censos. Resultados Definitivos Portugal' 2011. [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_d et&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554, acesso em março de 2017].

IOM. Glossary on Migration, International Migration Law Series No. 25, 2011. [https://www.iom.int/key-migration-terms, acesso em fevereiro de 2017]

MACHADO, Igor José. *Cárcere público - processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese de doutoramento. Antropologia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2003.

MAGLIANO, Maria José. 'Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos'. *Estudios Feministas*, Florianópolis, 23(3), 2015, pp. 691–712.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MIRANDA, Joana. *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*. Observatório da Imigração. Lisboa: ACIDI, 2009.

MORAES, Roque. ‘Análise de conteúdo’. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, pp. 7-32.

NEVES, Sofia & MIRANDA, Joana (eds.). ‘Dossier: Género e Migrações’. *Ex-aequo*, 24, Vila Franca de Xira, 2011.

PADILLA, Beatriz & GOMES, Mariana. ‘Racismo contra as mulheres brasileiras em Portugal? Algumas reflexões’. *Livro de atas do VII Congresso Português de Sociologia*. 2012. [http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0271_ed.pdf, acesso em março de 2017].

PEIXOTO, José et al (orgs.). *Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no Início do Século XXI*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2015.

PISCITELLI, Adriana. ‘Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras’. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez.. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008, pp. 263-274

PRINS, Baukje. ‘Narrative Accounts of Origins: a blind spot in the intersectional approach?’, *European Journal of Women's Studies*, 13; 277, 2006. DOI: 10.1177/1350506806065757.

QUIJANO, Aníbal. ‘Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina’ in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005, pp. 227-278.

RAVENSTEIN, Ernst. ‘As leis da migração’ in H. MOURA (org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise*. Fortaleza: BNB, 1980 (1885).

RIBEIRO, Máira & CERQUEIRA, Carla.. ‘As imigrantes brasileiras no jornalismo impresso regional’. *Actas do 8º Congresso LUSOCOM*, 2009, pp.1901–1924.

SANT’ANA, Helena. *Migrantes Hindus em Portugal: Trajectos Margens e Poderes*, Tese de doutoramento. Sociologia, Lisboa: ISCTE, 2008.

SANTOS, Clara. 2007. ‘Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa’ in *Imigração e Etnicidade – vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 2007. pp.51-62.

SASSEN, Saskia. *Contrageografias de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Queimada Gráficas, 2003.

SEFSTAT. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 'Relatório Estatístico Anual 2007'. [www.sefstat.sef.pt/relatorios.aspx, acesso em maio de 2017].

SEFSTAT. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 'Relatório Estatístico Anual 2015'. [www.sefstat.sef.pt/relatorios.aspx, acesso em maio de 2017].

SPIVAK, Gaiatry. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

UNITED NATIONS. 2014. 'Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2014'. *International migration and development*. [http://www.iom.int/sites/default/files/UN_Documents/69th_Session/N1471371.pdf, acesso em março de 2017].

VALA, Jorge; BRITO, Rodrigo e LOPES, Diniz. *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.

Recebido em 30 de maio de 2019

Aceito em 18 de dezembro de 2019